

## **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**

Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008

### **Políticas para homossexuais: uma breve análise do programa Brasil sem homofobia e do tema transversal orientação sexual**

Alexandre José Rossi (UFRGS)

Parâmetros curriculares nacionais; programa Brasil sem homofobia; educação.

ST 46 – Homossexualidades no Brasil contemporâneo: práticas, saberes e experiências

O Programa em questão, denominado “Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual<sup>1</sup>”, foi desenvolvido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, órgão vinculado a Presidência da República, conjuntamente com o Movimento Homossexual Brasileiro, hoje denominado de Movimento GLBTT<sup>2</sup>.

A criação deste Programa foi uma das reivindicações do Movimento LGBTT junto ao Estado, visando garantir a cidadania da comunidade LGBTT no Brasil através da criação de políticas afirmativas dos direitos dos homossexuais. Os Parâmetros Curriculares Nacionais tornaram-se a partir de 1996 o currículo de base nacional para a educação. Dentre as novidades apresentadas pelos PCNs encontra-se o Tema Transversal Orientação Sexual. Pretendo aqui analisar de forma breve, em que aspectos essas duas políticas se aproximam na formação de sujeitos através dos conceitos de igualdade e tolerância, destacados dessas duas políticas.

No período de abertura política no Brasil, compreendido como o fim da década de 1970 e os anos de 1980, caracterizaram-se, dentre outras questões, pelo processo de emergência dos movimentos da sociedade civil organizada. Neste período, vários movimentos sociais se fortaleceram e tornaram-se parte da cena política brasileira. Esses movimentos sociais, trouxeram em sua agenda, varias reivindicações políticas, que segundo MORAES ( 2003 p.02) “incluem tanto um novo sindicalismo operário, rompendo com o tradicional modelo do paternalismo estatal e da subordinação sindical, como também a emergência de movimentos mais relacionados à reivindicações do cotidiano”. Esses movimento trouxeram a tona questões que até então encontravam-se ignoradas da esfera política do Estado, questões relacionadas a sexualidade, gênero e raça dentre outros. Neste sentido, entendemos o Programa Brasil sem Homofobia como a materialização das reivindicações do Movimento LGBTT no Brasil.

Para NAGEL (2003), os movimentos sociais, principalmente os que se fortaleceram a partir da abertura política no Brasil com o processo de redemocratização, imbuíram-se de um conceito de

cidadania, que só se realiza quando o sujeito reivindica direitos para si sem levar em consideração a sociedade como uma totalidade<sup>3</sup>, desconsiderando que é parte do todo. A luta homossexual nessa perspectiva se limita à reivindicação de direitos para o seu grupo específico. Não queremos com isso desconsiderar que a luta contra a homofobia e pela equiparação de direitos civis dos homossexuais não seja legítima, mas que esta não supera um viés individualista. Pelo contrário, ela vai ao encontro das políticas públicas neoliberais que visam, sobretudo formar sujeitos que desenvolvam esse tipo de comportamento individualista.

Apesar desses limites, essa política pública de equiparação de direitos dos homossexuais e de combate à violência e à discriminação homofóbica, contribuem por outro lado para a organização de pessoas que lutam por objetivos comuns. Mas é fato que o Movimento LGBTTT manifesta suas reivindicações pautadas de no ideal *igualdade*, em que todos somos iguais no plano do direito jurídico, não considerando as contradições produzidas a partir do modelo de organização da sociedade capitalista.

Um exemplo da dimensão da luta superar os objetivos comuns encontra-se na formulação do Programa Brasil sem Homofobia, o qual deixa explícito que esse programa contribui não só para a erradicação da Homofobia, mas contribui também para o enfrentamento a outros problemas de interesse público como a luta no combate ao HIV/ Aids e a violência urbana que não atinge somente os sujeitos GLBTTs.

**E, para além da luta pelo reconhecimento de seus legítimos direitos civis, sociais e políticos, sua atuação tem se desdobrado em um notável engajamento no enfrentamento de graves problemas de interesse público, sendo casos exemplares de sua mobilização em torno da luta contra o HIV/aids no País e do combate à violência urbana.** Em ambos os contextos, têm visto surgir uma eficiente parceria entre grupos GLTB e órgãos de saúde e de segurança pública municipais, estaduais e federais. (CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação/ Ministério da Saúde, 2004. p. 15) grifos nossos.

A partir da citação acima, observamos que a luta dos homossexuais, não contribui apenas para as demandas que dizem respeito à comunidade LGBTTT, isso pode ser um primeiro passo para o reconhecimento de que a luta dos negros, das mulheres, dos jovens e demais movimentos sociais. pode é também uma luta que diz respeito a todos nós.

Um dos princípios fundamentais apresentado pelo Programa Brasil sem Homofobia é a questão da tolerância frente a diversidade. Acreditamos que a tolerância é um princípio ético intrínseco ao modelo social estabelecido que ganha força a partir da emergência do neoliberalismo no mundo ocidental. O atual modelo de sociedade necessita dessa categoria para evitar o que os autores dos PCNs

chamam de conflitos sociais. A tolerância segundo os autores dos PCNs é um dos meios necessários para se garantir o *bem comum* e a *paz social*.

Formar um ser tolerante, segundo os PCNs, bem como no Programa Brasil sem Homofobia, está diretamente ligado à construção de uma sociedade mais solidária, mais harmônica. Com base num discurso de que a intolerância frente à diversidade cultural, foi/é um dos fatores que mais gerou conflitos sociais durante o período da ditadura militar no Brasil é que se pretende construir um novo modelo de sociedade, mais *solidária e harmônica*.

Conforme Nagel (2003), a tolerância na formação desse *novo sujeito* assume um princípio ético, em que cabe a ele respeitar o outro e não se impor frente às diferenças do outro em função do respeito à diversidade. Assim, a capacidade de tolerar encobre as desigualdades sociais que existem em nossa sociedade, provocadas também pela contradição entre o capital e trabalho. Neste sentido, tanto o Programa Brasil sem Homofobia quanto os PCNs contribuem para a formação desse *novo sujeito*<sup>4</sup> que deve ser tolerante e respeitar a liberdade de cada um, bem como de cada grupo social.

Neste quadro de apologia de atividades desconectadas do todo, tomadas em separado das lutas coletivas e definidas nos limites da concepção de homem como único criador de si mesmo, como único responsável por seu sucesso, outra bandeira abstrata se insere na ideologia dos países pobres: a defesa da *tolerância*. A *tolerância* chega aos países pobres como o dever ético de compreender o outro, de não se impor ao outro em função do respeito à diversidade.[...] Retoricamente o discurso político no qual a *tolerância* se enquadra acena para um mundo mais solidário no futuro, assim como acena para um mundo no qual a cooperação internacional se torna mais fluida, como consequência dessa prática respeitosa, acionada por indivíduos educados. (NAGEL, 2003, p. 38-39)

Percebemos que o conceito de tolerância que está contida na retórica do Movimento LGBTT bem como nos PCNs e que versa também sobre uma educação inclusiva, prescreve a seguinte prerrogativa: deve-se tolerar aquilo/aquele que se apresenta como distinto da forma de pensar, sentir, expressar-se e agir segundo as normas e condutas sociais estabelecidas através da relação entre os homens. Neste sentido, entendemos que quem tolera está em princípio numa posição de superioridade em relação aquele que é tolerado e que, estando nesta posição, cabe a ele escolher se tolera ou não aquilo/aquele que foge às regras sociais estabelecidas. Assim, têm-se a necessidade de formar esse *novo sujeito* que não se sinta superior ao outro, somente diferente, porém igual enquanto *cidadão*.

Outro discurso apropriado pelos PCNs bem como pelo Programa Brasil sem Homofobia, é a retórica da igualdade. De forma associada com a idéia de tolerância, pretende-se atingir essa igualdade através da garantia de direitos para todos, visto que todos somos iguais, sem distinção de raça, cor, credo, orientação sexual etc. Esse discurso da igualdade é entendido por Nagel (2003) como um discurso falseador do real. Pretende-se através dele fundamentar a política da inclusão social, porém ele

esconde os verdadeiros fundamentos da real exclusão social. Neste sentido, não só encobre as causas das desigualdades sociais vigentes em nossa sociedade, bem como, as torna subjetivas e transfere toda a responsabilidade para esses *novos sujeitos* que se pretende formar.

Através da retórica da *igualdade*, que faz *tabula rasa* das diferenças fisiológicas, neurológicas, religiosas, culturais, econômicas e políticas, através de um discurso que não só *discrimina as diferenças*, mas afirma a inexistências delas, elimina-se, legitimamente a necessidade de educar! [...] A *retórica da igualdade*, falseadora da realidade presente, descolada da economia política, ao expressar-se também como comportamento *ético ou moral*, reforça as *recomendações educacionais* vigentes que enfatizam o dever de tratar o homem no universo de sua autonomia, nos limites da sua independência. Por ser baseado no respeito ao outro, ou melhor, no assentimento à escolha pessoal de cada um, o *comportamento ético* passa a ser adotado como o único instrumento regulador das relações entre os homens, como o único instrumento disciplinador das *relações pedagógicas*. (NAGEL, 2003, p. 33-34).

Sierra (2004) nos ajuda a entender por que essa apologia de *respeito aos outros* na busca pela *igualdade* é necessária para a construção desse *novo sujeito* que se pretende formar a partir dessas políticas públicas cunhadas no discurso neoliberal.

Convém lembrar que a retórica de respeito, tolerância, generosidade está claramente ligada ao (neo)liberalismo e ao humanismo, idéias estas que se demonstram num primeiro momento um forte apelo à consideração multicultural – afinal, discursam em favor do respeito à diversidade humana – vão, logo em seguida, a partir de um jogo discursivo que envolve interesses bem pra lá de humanos dizer que é preciso respeitar as diferenças culturais porque elas seriam apenas a materialização de características humanas mais profundas. Em miúdos: para a perspectiva (neo)liberal é preciso respeitar as diferenças não porque de fato vivemos num mundo disforme, heterogêneo, mas sim porque na “essência”(?) seríamos todos iguais, todos a mesma coisa, uma grande massa uniforme, ou seja, temos de respeitar o diferente porque sob esta aparente diferença existe uma mesma humanidade (SILVA, 200) como se no interior desta “humanidade” não houvesse fissuras, singularidades, diferenças. (SIERRA, 2004, p. 52-53).

Esse discurso nega que as desigualdades sociais e culturais são provocadas também pelas contradições produzidas no interior do capital, e toma as particularidades intrínsecas aos sujeitos como forma de desigualdade.

Sierra (2004), ainda sinaliza que Movimento LGBTT, bem como outros movimentos identitários, internalizou esse discurso da *igualdade* produzido no interior do discurso neoliberal e fez dele uma bandeira de luta na busca pelos seus direitos. Neste sentido, a busca pelo respeito se dá a partir da idéia de que existe um comportamento hegemônico que determina o que é ser “normal” em contraponto do que é ser “anormal”, e as diferenças desses grupos seriam negadas pela diferença de uma identidade hegemônica.

Uma primeira aproximação com os blocos de conteúdos propostos pelos PCNs ao se trabalhar orientação sexual mostra que a homossexualidade é abordada por eles como uma tema delicado a ser trabalhado na escola, agrupados com temas como pornografia, masturbação, prostituição, etc, conforme na citação abaixo:

Com a inclusão da Orientação Sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura. (BRASIL, PCNS, Temas Transversais, 1996, p.293)

Ainda que o documento admita manifestações diversificadas da sexualidade, ele não problematiza a categoria sexualidade sob o ponto de vista de sua constituição sócio-histórica, da mesma forma que em relação a outras categorias, como homossexualidade, heterossexualidade e bissexualidade. Quando o tema homossexualidade é agrupado juntamente com os demais temas conforme citação, da-se a impressão que esses temas necessitam de uma orientação voltada para a normatização dos sujeitos.

Em um outro momento em que o Tema trata a homossexualidade, ela é considerada expressão do momento em que o sujeito está entrando na fase da puberdade. Neste sentido, as homossexualidades estariam sendo “experimentadas” pelos sujeitos devido às suas alterações hormonais, sendo tomada como uma fantasia sexual que decorre dessa fase.

Em relação à puberdade, as mudanças físicas incluem alterações hormonais que, muitas vezes, provocam estados de excitação difíceis de controlar, intensifica-se a atividade masturbatória e instala-se a genitalidade. É a fase de novas descobertas e novas experimentações, podendo ocorrer as explorações da atração e das fantasias sexuais com pessoas do mesmo sexo e do outro sexo. A experimentação dos vínculos tem relação com a rapidez e a intensidade da formação e da separação de pares amorosos entre os adolescentes. (BRASIL, PCNs, Temas Transversais, 1996, p.296)

Se a homossexualidade está sendo abordada como uma fantasia sexual, como expressão da fase da puberdade do sujeito, então, esse sujeito deve ser orientado para uma normatização da sua sexualidade, ou seja, esse comportamento é somente uma fase, que passará conforme na medida em que ele for se apropriando do que é “normal” perante a nossa sociedade heteronormativa.

Levando em consideração que o pensamento hegemônico a partir dos anos de 1980 é o pensamento neoliberal, e que as políticas públicas produzidas pelo Estado seguem nessa linha de pensamento, podemos dizer que tanto os PCNs como o Programa Brasil sem Homofobia compartilham da mesma ideologia, a de que as contradições da sociedade só serão resolvidas a partir do momento que palavras de ordem como *respeito ao outro*, *tolerância*, *igualdade* sejam colocadas em prática.

Algumas políticas públicas desencadeadas a partir daí, como já vimos discutindo, passam a ser determinadas de forma mais acentuada pelo Estado conforme os seus interesses. Assim, podemos inferir que os propósitos do Programa Brasil sem Homofobia, desencadeado como política pública através da pressão popular, especificamente organização dos homossexuais, têm grande avanço no que se refere à conquista de direitos sociais, porém estes estão imbuídos de um conceito de democracia individualista.

O Programa Brasil sem Homofobia, apesar das limitações aqui apontadas, é inegavelmente um grande conquista do Movimento LGBTT na formulação de políticas pelo Estado – ainda que limitados por um Estado capitalista e neoliberal - bem como um avanço em relação as concretização de muitas de suas demandas.

Os PCNs também podem ser considerados um avanço quando sugerem temas relacionados orientação sexual para serem trabalhados na Escola. No entanto, observamos através desta breve análise que o Tema Transversal Orientação Sexual possui uma concepção equivocada sobre diversidade sexual, demonstrando uma visão heteronormativa do modelo de Educação Sexual. Sendo assim cabe ao Movimento LGBTT mostrar essas contradições nas políticas de Estado e cobrar uma reformulação desses documentos com vistas a uma educação para a diversidade, não sexista, não heteronormativa, sem anular as diferenças intrínsecas ser social, pois são essas diferenças, essas particularidades que permitem a existência de uma diversidade social, cultural e humana.

A existência de um movimento organizado pressupõe que algo é negado em relação aos seus direitos. Por mais que a luta por direitos limita-se somente na esfera jurídica, essa luta pressupõe uma violação de direitos em relação aos demais. Não podemos negar que a homofobia existe, e que, se levada às suas últimas conseqüências pode levar à morte de sujeitos homossexuais. Por esse motivo criam-se demandas específicas, e por isso, o Movimento LGBTT, tenciona e pressiona o Estado a formular políticas públicas que combatam a homofobia, com o objetivo de contribuir para a efetivação de políticas na promoção dos direitos humanos e da diversidade sexual no âmbito da educação.

### *Referencias bibliográficas*

BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação/ Ministério da Saúde. *Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Orientação Sexual: ensino de 5ª a 8ª série. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Introdução: ensino de 5ª a 8ª série. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MORAES, Maria Lygia Quartim de Moraes. *Feminismo, movimento de mulheres e a (re)constituição da democracia em três países da América Latina*. Primeira Versão, Campinas, Unicamp/IFCH, 121, 2003.

NAGEL, Lizia Helena. *O estado brasileiro e as políticas educacionais a partir dos anos 80*. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães (Org.). *Estado e Políticas Sociais no Brasil*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

NAGEL, Lizia Helena. *O “aqui e o agora”, sem o “ontem e o amanhã”, nas políticas da educação*. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães, RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (orgs). *Estado e políticas sociais: Brasil – Paraná*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

SIERRA, Jamil Cabral. *Homossexuais, insubmissos e alteridades em transe: representações da homocultura na mídia e a diferença no jogo dos dispositivos contemporâneos de normalização*. Dissertação de mestrado. UEM. Maringá, 2004.

---

<sup>1</sup> Em 1996 o Plano Plurianual – PPA 2004-2007 definiu no âmbito do “Programa de Direitos Humanos, Direito de Todos”, a ação denominada “Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais”. Com vistas a efetivar este compromisso, a Secretaria Especial de Direitos Humanos lança o *Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da Cidadania Homossexual*, com o objetivo de promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos de combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais. (CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação / Ministério da Saúde, 2004. p. 11).

<sup>2</sup> A sigla GLBTT significa Gays, Lésbicas, Bissexuais Travestis e Transexuais. No entanto, na I Conferência Nacional GLBTT, realizada recentemente o movimento alterou a sua sigla para LGBTT, contemplando desta forma uma reivindicação das lésbicas, que têm como objetivo dar maior visibilidade as mulheres lésbicas do movimento.

<sup>3</sup> A concepção dialético-materialista da totalidade significa, primeiro, a unidade concreta de contradições que interagem (...); segundo, a relatividade sistêmica de toda a totalidade tanto no sentido ascendente quanto no descendente (o que significa que a totalidade é feita de totalidades a ela subordinadas, e também que a totalidade em questão é, ao mesmo tempo, sobredeterminada por totalidades de complexidade superior...) e, terceiro, a relatividade histórica de toda totalidade, ou seja, que o caráter de totalidade de toda totalidade é mutável, desintegrável e limitado a um período histórico concreto e determinado. (BOTTOMORE, apud LUKÁCS, 1948: 12)

<sup>4</sup> A expressão novo sujeito encontra-se em itálico por se tratar de um conceito extraído dos parâmetros curriculares nacionais, com base no estudo maior de onde foi retirado este artigo. Para os autores dos PCNs esse novo sujeito é aquele que incorpora valores como a ética, a solidariedade, a cooperação, a responsabilidade, a tolerância, a polivalência e o empreendedorismo.